

o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), no quadro da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, consuma-se a extinção do Instituto do Reinserção Social e estabelece-se uma estrutura organizativa cujas traves mestras respondem a imperativos de adaptação às condições económicas, sociais e políticas, de funcionalidade, de adequação à missão fundamental da Direcção-Geral de Reinserção Social, serviço integrado na administração directa do Estado, responsável pelas políticas de prevenção criminal e reinserção social.

A reforma da estrutura básica da Direcção-Geral de Reinserção Social teve presente a necessidade de alcançar, para além de maiores níveis de operacionalidade e eficácia, uma significativa redução dos custos de funcionamento do sistema, designadamente com a eliminação de estruturas intermédias redundantes e a redefinição da rede de unidades operativas dos serviços de reinserção social, com reflexos nítidos ao nível dos cargos dirigentes.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente da Direcção-Geral de Reinserção Social, processo que ora se inicia com a nomeação do dirigente máximo do serviço.

Assim, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeada, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 15.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, e com os artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, a licenciada Leonor do Rosário Mesquita Furtado, procuradora da República, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de directora-geral de Reinserção Social.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evidencia o respectivo *curriculum*, publicado em anexo ao presente despacho.

A nomeada pode exercer a opção consagrada no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Leonor do Rosário Mesquita Furtado.

Estado civil — casada.

Idade — 48 anos (23 de Junho de 1958).

Profissão — procuradora da República.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito, 1976-1981, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós-graduação em Estudos Europeus (vertente económica), 1991-1992, Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Curso de pós-graduação em Direito dos Menores, 1997-1998, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Habilitações profissionais:

Curso de formação de magistrados do Ministério Público, auditora de justiça do Centro de Estudos Judiciários (IV Curso Especial para o Ministério Público), de 15 de Março a 28 de Setembro de 1982;

Curso de formação de formadores — CEJ, 2000;

Curso Avançado de Gestão Pública — INA, 2006.

Experiência profissional:

Presidente da Comissão de Protecção de Menores da Comarca de Oeiras, desde a sua instalação, em 1 de Fevereiro de 1995, até 5 de Julho de 1996;

Docente da Área de Família e Menores no Centro de Estudos Judiciários desde o ano lectivo de 1997-1998, ao ano lectivo de 2001-2002;

Procuradora da República junto do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, Procuradoria-Geral da República, desde 19 de Junho de 2001;

Perita do Conselho da Europa no Comité PC-TI, Comité de Perito em Técnicas Especiais de Investigação no Inquérito Penal, desde 2003;

Perito em Acquis Communautaire, TAIEX Expert Database, Direcção-Geral do Alargamento da Comissão Europeia, desde 2004;

Presidente do Instituto de Reinserção Social, de 6 de Janeiro de 2006 a 30 de Abril de 2007.

Comunicações e intervenções:

Conferencista em diversos seminários e congressos, quer em Portugal quer noutros países, designadamente os seguintes:

Pós-graduação em Psicologia da Gravidez e da Maternidade, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, anos lectivos de 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004, Lisboa;

1.º Curso de pós-graduação «Protecção de menores — Prof. F. M. Pereira Coelho», sessão sobre o tema «Sistema de tutela educativa», Açores, 2004;

Sentido e o Lugar no Mundo: Toda a Criança em Família, palestra sobre o tema «Medidas de acolhimento infantil», Nazaré, 27 de Maio de 2005;

IV Mestrado em Saúde Escolar — Faculdade de Medicina de Lisboa, 15 de Outubro de 2005.

Actualmente desempenha funções de dirigente da Administração Pública como presidente do Instituto de Reinserção Social.

Despacho n.º 11 528/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

O Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, diploma que aprova a orgânica do Instituto de Gestão Financeira e Infra-estruturas da Justiça, I. P., (IGFIJ, I. P.) estabelece em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, a introdução de alterações ao nível da estrutura orgânica, viabilizando a centralização num só organismo das atribuições relacionadas com a gestão unificada dos recursos financeiros do Ministério da Justiça, bem como do património e das infra-estruturas afectas ao departamento ministerial, processo que, em articulação com os demais serviços e organismos, potencia ganhos de produtividade, de eficácia e de eficiência com óbvia repercussão ao nível da racionalização dos recursos.

Assim e tendo presente que o presidente e um dos vogais do conselho directivo do IGFIJ, I. P., foram já nomeados na sequência da publicação da lei orgânica do Ministério da Justiça aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, cumpre proceder à designação dos demais membros do órgão directivo.

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos artigos 17.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, em conjugação com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º e no artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, são nomeados como vogais do IGFIJ, I. P., os licenciados Feliciano Pereira Martins e João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício dos cargos, como evidenciam as súmulas curriculares dos ora nomeados, objecto de publicação em anexo ao presente despacho que produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Nome — Feliciano Pereira Martins.

Data de nascimento — 8 de Setembro de 1954.

Naturalidade — Reigada, Figueira de Castelo Rodrigo.

Habilitações literárias — licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, no ano de 1985, com média de 14 valores.

Formação complementar — cursos de direito aduaneiro ministrados ou tutelados pela Direcção-Geral das Alfândegas.

Outros cargos ou funções:

Docente universitário na Faculdade de Direito de Lisboa de 1985 a 1993, tendo leccionado as cadeiras de Direito Fiscal, Direitos Reais e Direito Processual Civil;

Na Universidade Autónoma Luís de Camões, onde leccionou as cadeiras de Direito Processual Civil;

Docente do curso de pós-graduação do ISEG em Direito Aduaneiro;

Na Universidade Moderna, onde lecciona as cadeiras de Direito Processual Civil I e II;

Formador da Direcção-Geral das Alfândegas, nas áreas de garantias do contribuinte, Código do Procedimento Administrativo;

Advogado desde 1994;

Vogal do conselho directivo do IGAPHA, no ano de 1997;

Gestor do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa desde 1997 até Março de 2002;

Vereador na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo desde 2001;

Chefe da Divisão de Contencioso da Direcção Regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro de Lisboa, em Agosto de 2004;

Vogal do conselho directivo do IGFPJ desde 23 de Maio de 2005.

Obras publicadas:

Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil, edição da AAFDL; *Os Despachantes Oficiais*, Rei dos Livros; *Mercado Interno e a Circulação de Mercadorias na Comunidade*, edição Veja.

Curriculum vitae

Nome — João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho.

Habilitações — licenciatura em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa 1982.

Experiência profissional:

2006-2007 — IGFPJ — Instituto Gestão Financeira e Património da Justiça — vogal do conselho directivo;

2001-2006 — Metropolitano/Ferconsult Empresa de Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S. A. — chefe de fiscalização das empreitadas de «Construção da estação do Sr. Roubado» e do «Interface do Cais do Sodré»;

1999-2001 — Secretaria de Estado dos Transportes — assessor do Secretário de Estado dos Transportes no apoio técnico no âmbito das respectivas funções;

1995-1999 — Metropolitano/Ferconsult Empresa de Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes — integrado na equipa de fiscalização das empreitadas da construção do PMOIII do metropolitano; da empreitada de execução do túnel da linha da Expo; da empreitada Alameda/Vale de Chelas, da equipa de preparação da empreitada de lançamento da remodelação da estação de São Sebastião; da equipa de acompanhamento do estudo preliminar da rede de metro ligeiro na área metropolitana de Coimbra; da equipa de fiscalização das empreitadas de refresco das estações do Intendente, dos Anjos e de Arroios; da equipa de fiscalização da empreitada de acabamentos da estação do Rato;

1994-1995 — Junta Autónoma de Estradas — funções de fiscalização de várias obras de conservação e construção da rede rodoviária do distrito de Lisboa;

1991-1994 — Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Infra-estruturas Viárias — chefe de fiscalização das empreitadas de «Construção das passagens inferiores da Avenida do Brasil — Campo Grande», de «Reconstrução da Travessa Henriques Cardoso/Infante D. Pedro»;

1990-1994 — Junta Autónoma de Estradas — funções na Direcção de Empreendimentos Concessionados;

1984-1987 — Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes e Comunicações, no desempenho de funções técnicas do âmbito deste Gabinete;

1981-... — Organização de consultores em estudos de tráfego ligados ao planeamento portuário, estudos de tráfego ligados ao planeamento portuário.

Despacho n.º 11 529/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, consuma-se a reestruturação do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P. (ITIJ, I. P.), enquanto organismo que, no âmbito do Ministério da Justiça, assegura a eficiência da utilização das tecnologias de informação.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente do ITIJ, I. P., mediante a designação dos membros do respectivo conselho directivo.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, nos artigos 19.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, são nomeados para o conselho directivo do ITIJ, I. P., as seguintes individualidades:

Presidente — Licenciado Mário Francisco Valente Baltazar Valente.

Vogais:

Licenciado Hugo Miguel Hilário da Rocha e Taxa.

Licenciado Rui Fernando Nunes Simões.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício dos cargos, como atestam os currículos dos membros ora nomeados, objecto de publicação em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Mário Francisco Valente Baltazar Valente, nascido em 5 de Abril de 1968.

Habilitações literárias:

MBA em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa; Licenciatura em Informática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Curso complementar do liceu na área de Electrónica.

Experiência profissional:

Desde Junho de 2005 — presidente do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ);

De Junho de 2004 a Junho 2005 — director de sistemas de informação na empresa de logística PERSONALIS;

Desde Fevereiro de 2003 — professor assistente da cadeira de Gestão de Informação na Universidade Católica Portuguesa;

De Fevereiro de 1999 a Fevereiro de 2003 — fundador e director técnico da Ruído Visual, Telecomunicações Interactivas, L.^{da}, empresa de serviços *web* com 14 pessoas. Participou na criação de portais nacionais (Netc, OniNet);

De Fevereiro de 1998 a Junho de 1998 — *Internet manager* na HLC Telecomunicações & Multimédia, ISP, e operador de telecomunicações;

De Fevereiro de 1995 a Dezembro de 1997 — ajudou a tornar a Esotérica um dos ISP mais relevantes e inovadores em Portugal. Trouxe para Portugal e organizou o Internet World Portugal 97;

De Junho de 1994 a Janeiro de 1995 — criou e fundou a Esotérica;

De Dezembro de 1993 a Maio de 1994 — bolseiro investigador no LNEC. Criou o servidor *web* do LNEC, o primeiro servidor português;

De 1989 a 1994 — formador na ICL, INESC, FUNDETEC, Rumos, S. A., Instituto de Informática, CEGOC e outros (Ingres, Oracle, programação C, Unix, Internet).

Curriculum vitae

Hugo Miguel Hilário da Rocha e Taxa.

Data de nascimento — 19 de Setembro de 1975.

Nacionalidade — portuguesa.

Experiência profissional:

Desde Junho de 2005 — vogal do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ);

De Janeiro de 2000 a Junho de 2005 — PT Comunicações, Direcção de Serviços de Engenharia e Operação de Redes — Projecto de Redes de Nova Geração;

Consultor (desenho de soluções de telecomunicações para clientes internos e externos; apoio à pré-venda);

Senior network engineer (coordenador do *backbone* Internet; projecto, gestão e operação do *backbone* Internet);

De Junho de 1998 a Dezembro 1999 — TELEPAC, Serviços de Telecomunicações, S. A., Direcção de Operações — Engenharia de Suporte de Análise e Qualidade;

Junior network engineer (gestão e operação do *backbone* Internet; projecto, gestão e operação de serviços empresariais de dados);